



INDÍGENAS E JESUÍTAS NA FRONTEIRA AMAZÔNICA COLONIAL: O CASO DAS TERRAS DO CABO NORTE

INDIGENOUS AND JESUITS IN THE COLONIAL AMAZONIAN FRONTIER: THE CASE OF THE NORTH CAPE TERRES

Bruno Rafael Machado Nascimento *

Resumo: Este artigo tem por objetivo compreender as relações entre indígenas e os membros da Companhia de Jesus na segunda metade do século XVII na fronteira amazônica, espaço esse marcado por disputas territoriais entre portugueses e franceses. Neste sentido os jesuítas tentaram “pacificar” os povos da região para preparar a conquista e evitar a ação dos franceses, porém a missão fracassou com a morte de dois missionários mortos pelos indígenas. Destacam-se as táticas de resistências dos povos frente à ação colonizadora. Para captar a negociações e tensões entre os sujeitos em situação de contato utilizaram-se fontes do Arquivo Histórico Ultramarino, crônicas e outros escritos dos inacianos. A perspectiva que propiciou a análise foi a leitura histórico-antropológica da documentação que permitiu captar as ações dos povos subalternizados.

Palavras-chave: Jesuítas. Indígenas. Terras do Cabo Norte.

Abstract: This article aims to understand the relations between natives and members of the Society of Jesus in the second half of the seventeenth century on the Amazon frontier, a space marked by territorial disputes between Portuguese and French. In this sense the Jesuits tried to "pacify" the peoples of the region to prepare the conquest and to avoid the action of the French, but the mission failed with the death of two missionaries killed by the Indians. The tactics of resistances of the peoples in front of the colonizing action stand out. In order to capture negotiations and tensions between the subjects in contact situation, sources from the Overseas Historical Archive, chronicles and other writings of the Ignatian people were used. The perspective that propitiated the analysis was the historical-anthropological reading of the documentation that allowed to capture the actions of the subalternized peoples.

Keywords: Jesuits. Indigenous. North cape terres.

Considerações iniciais

Este estudo enfoca a experiência da Companhia de Jesus nas “terras do Cabo Norte”¹ nos anos finais do século XVII, destacando suas relações com os indígenas. Busca-se destacar

* Mestre em Ensino de História (UNIFAP), pesquisa sobre as missões jesuítas na Amazônia colonial, assim como, ensino de História.

¹ Região entre os rios Amazonas e Oiapoque que corresponde atualmente ao território do Estado do Amapá.



as táticas de sobrevivência desses povos frente à violência da colonização e da cristianização. O que não é tarefa fácil, visto que as fontes foram escritas por outros agentes coloniais e não pelos ameríndios. Contudo, a partir da leitura nas entrelinhas proposta por Maria Celestino de Almeida (2012) é possível lançar o olhar histórico-antropológico que possibilite entender os significados das ações dos sujeitos e as vinculações destas com a cultura, entendida aqui como algo flexível e não estático. Ademais, os indígenas são vistos como agentes históricos que resistiram dentro de um campo de possibilidades, não se deixando reduzir à condição de vítimas passivas. Neste sentido, impõe-se ficar atento às diversas vozes que a documentação apresenta, sobretudo àquela dos ameríndios que: “aparece de maneira sutil, nas entrelinhas e sempre filtrada pela ótica dos interesses de quem os documenta” (MONTERO, 2006). Assim, essa perspectiva não desconsidera o etnocentrismo presente nos discursos emanados da documentação, mas procura acessar o universo cultural indígena por meio dos vestígios, pistas, sinais, indícios presentes nas fontes (GINZBURG, 2001).

Obra fundamental para a elaboração desta pesquisa, a *Crônica dos padres da Companhia de Jesus* foi escrita pelo padre João Felipe Bettendorff (1990) no final do século XVII. Seu trabalho resultou de um pedido dos seus superiores e tem a finalidade de edificação, ou seja, de elevar a memória da ordem e realizar a defesa dos padres, exaltando os que foram mortos como verdadeiros mártires (TORRES-LONDOÑO, 2000). Além da obra citada anteriormente, usou-se alguns documentos do *Arquivo Histórico Ultramarino* (AHU) adquiridos por meio do Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”. Segundo Juciene Apolinário (2011, p. 2), os historiadores utilizam essa documentação há bastante tempo, entretanto invisibilizam os indígenas. Não obstante, existem: “vozes dissonantes de importantes e reais sujeitos da história da América portuguesa que são os homens e mulheres indígenas.” Outra obra bibliográfica, mas que trouxe transcrições de vários documentos foi *História da Companhia de Jesus*, do padre Serafim Leite (2004, t. II, III e IV), que é indispensável para o estudo da ordem no Brasil.

O Cabo Norte tem a especificidade de ser uma região fronteira, isto é, faz fronteira com a França através do seu território sul-americano chamado de Guiana Francesa. Eduardo Neumann, ao referir-se à região fronteira platina, afirma que por ser uma região com essa característica foi objeto de diversas experiências de reduções jesuíticas “que visavam por um lado, pacificar a população indígena e, por outro, estabelecer núcleos de povoamento para



auxiliar no guarnecimento do território” (NEUMANN, 2000, p.74). Também as “terras do Cabo Norte” foram conquistadas pelos portugueses paulatinamente e à custa de conflitos com ingleses, holandeses e franceses. Os ingleses e holandeses, mesmo antes dos lusitanos, construíram fortificações que serviam principalmente para o comércio com os indígenas (CASTRO, 1999). Chegaram a plantar tabaco, levaram madeiras, urucum, peixe-boi para a Europa. Nestes combates, os ameríndios aliados foram decisivos, pois eles foram os flecheiros, guias, usaram suas técnicas de guerra e sua mão de obra foi utilizada na devastação e construções de fortes (REIS, 1949). Depois de expulsos, holandeses e ingleses, a força foi concentrada para debelar os franceses que estavam instaurados na *Guyane* (atualmente Guiana Francesa), mas realizavam comércio e traficavam escravos frutos das guerras entre os indígenas do Cabo Norte. Desde o final do século XVII a presença dos franceses nestas terras aumentou a tal ponto destes reivindicarem parte do Cabo Norte como pertencente a seu domínio. A questão só foi resolvida em dezembro de 1900 pela mediação do Barão do Rio Branco que defendeu a o Brasil contra a França. O “laudo de Berna” foi decidido pelo presidente da Confederação Helvética, Walter Hauser, que o rio Oiapoque era o limite entre as duas nações e não o Araguari como argumentavam os franceses (REIS, 1993).

A Companhia de Jesus nas “Terras do Cabo Norte”

Os primeiros religiosos a missionarem nas “terras do Cabo Norte” não foram os jesuítas, mas os capuchos de Santo Antônio que desde a primeira metade do século XVII possuíam missões no Marajó e visitavam constantemente essas terras onde também criaram aldeamentos. Eles foram importantes para o governo português, pois ao estabelecer contato com os ameríndios, acabavam sendo informados da presença de outros estrangeiros e constantemente informavam às autoridades (REIS, 1949). Em carta escrita de Belém no dia 22 de janeiro de 1685, o Governador do Maranhão e Grão Pará, Francisco de Sá e Meneses, escreveu para o rei dom Pedro II sobre a presença de franceses que insistiam em fazer comércio nas “terras do Cabo Norte” com o povo Aruã (AHU, 1685, doc. 245).² Os franceses passaram pela missão dos capuchos de Santo Antônio nas aldeias dos Tujucu para realizar tráfico de escravizados indígenas para levar à Caiena. Essas informações chegaram ao conhecimento de Sá e Meneses

² Utilizarei a sigla do Arquivo Histórico Ultramarino, AHU, o ano e o número do documento. Ao final deste artigo o leitor pode conferir a referência completa.



por meio dos franciscanos. A insistência quanto a presença desses “estrangeiros” comercializando com os indígenas e a necessidade de proteger a região foi o fio condutor dos documentos consultados e analisados. Na década de 80 do século XVII, os jesuítas foram enviados a pedido do rei ao Cabo Norte para aí estabelecer missões com a finalidade de contribuir para a colonização da região.

Em atenção ao pedido do rei, no dia 2 de abril de 1680, padre Antônio Vieira escreveu ao padre Jodoco Peres que era o superior do Maranhão, pedindo que enviasse missionários antes de tudo ao Cabo Norte para “à conservação do Estado” (LEITE, 2004, p. 533). Na missiva ele citou que tinha notícias de que lá pela “banda do Rio Amazonas” vivia a “nação dos Tecujus” (LEITE, 2004, p. 533). Apesar de estar do outro lado do Atlântico, Vieira usou seu prestígio para indicar padre Aloísio Conrado Pfeil para executar a missão nas “terras do Cabo Norte”. A escolha não foi por acaso, pois o missionário suíço era considerado por seus superiores como excelente matemático, pintor e cartógrafo (LEITE, 2004). Ao analisar o teor da missiva percebe-se a preocupação não somente com a conversão dos povos indígenas, mas os meios para conseguir tal propósito. Ele pede informações detalhadas sobre os aspectos geográficos do Cabo Norte.

No ano de 1680, os jesuítas Pier Luigi Consalvi, irmão Manuel Juzarte e o missionário Pfeil visitaram a região. O último, em cumprimento do que lhe fora ordenado, analisou rios, terras e lugares para confeccionar um mapa. Este foi levado em 1685 pelo superior do Maranhão Jodoco Peres e oferecido em Lisboa para o rei (LEITE, 2004). Ao entrarem no rio Araguari depararam-se com franceses vindos da *Guyane*. Estes realizavam comércio com os indígenas, possivelmente tráfico, fruto de guerras interétnicas (BETTENDORFF, 1990). Como estava em vigor a lei de 1680 que concedeu liberdade irrestrita aos indígenas, os inacianos pagaram por eles e restituíram-lhes a liberdade. Entretanto, admoestaram os franceses de que estavam fora do seu território. Luigi Gonsalvi, que era vice-provincial da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão, os mandou embora, mas entregou uma carta ao provincial de Caiena, ao jesuíta Pedro Brano ou Pierre Brane, repudiando a presença dos franceses em terras consideradas portuguesas (REIS, 1949). Como sinal de posse construíram uma cruz na aldeia de Tabarapixi, onde Aloísio Pfeil ficou como missionário.

Os franceses que viviam na *Guyane* (colônia francesa) ambicionavam expandir o seu território até chegar ao desejado rio Amazonas. Quando governava a colônia francesa, Marques



de Ferrolles, em 1697 ele tomou o forte de Santo Antônio dos portugueses na região de Macapá, porém os lusos conseguiram retomar a fortificação (REIS, 1943). A colonização francesa na *Guyane* foi menos intensa em comparação com a América portuguesa, pois faltavam estrutura, investimento, colonos e maior interesse do governo francês. Foi uma colônia que pouco colaborou do ponto de vista econômico com a metrópole (CARDOSO, 1984). Por vezes os ingleses e holandeses chegaram a controlar o território ao longo do século XVII até a retomada definitiva. O governo tentou colonizar por meio de companhias comerciais, mas não obteve o resultado esperado por falta de recursos e devido à resistência indígena.

Diferentemente dos portugueses, os franceses não criaram legislações específicas para as populações indígenas da *Guyane*. A escravidão indígena existiu, mas nada comparada com a América portuguesa. A força de trabalho escravizada indígena foi utilizada principalmente até o século XVII. Para Ciro Flamarion Cardoso (1984, p. 51) “O número de escravos indígenas, porém, nunca foi elevado, e eles desapareceram dos censos depois de 1740, mesmo se casos esporádicos surgem nos documentos até fins do século XVIII.” Segundo Yannick le Roux, Réginald Auger e Nathalie Cazelles (2009) a escravidão indígena foi sempre contestada pelos jesuítas e que isso era uma questão central em sua estratégia missionária. A referida oposição dos jesuítas à escravização dos indígenas colaborou para autonomia possível dos ameríndios em comparação com o trato dos portugueses aos nativos. Isso não significa que não sofreram com a exploração do trabalho por meio da escravidão, pagamentos irrisórios por parte dos colonos ou as obrigações nas missões jesuíticas. No período focado neste artigo as missões jesuíticas na colônia francesa ainda eram caracterizadas como “volantes”, ou seja, os missionários iam às aldeias pregar e depois saíam. Os indígenas aparentemente ouviam os padres, mas não colocavam em prática os ensinamentos. Ao perceber os insucessos desta forma de missão e inspirados pelas experiências dos seus confrades portugueses, apenas no início do século XVIII as missões fixas semelhantes às criadas na América portuguesa foram implantadas na *Guyane* e só a partir de 1733 foram fundadas 4 missões na região do rio Oiapoque, isto é, que os portugueses consideravam a fronteira administrativa no extremo norte do seu território (NASCIMENTO, 2018).

Sabe-se que desde o século XVII os indígenas das “terras do Cabo Norte” fugiam das “correries” portuguesas e diversos povos se aliavam aos franceses chegando a fugir para *Guyane*, por exemplo, os Tucuju, Aruã, Maraones e Coussary. Isso demonstra o quanto os



ameríndios estavam atentos às disputas territoriais entre as nações europeias. Souberam tirar proveito da situação e buscaram a sobrevivência possível. Sabedores desta realidade as autoridades lusas buscaram de toda forma evitar os contatos com os franceses e a aproximação dos inacianos a serviço do rei da França. Em carta régia de 21 de dezembro de 1686, D. Pedro II escreveu ao Governador do Maranhão pedindo a construção de fortalezas conforme as necessidades de conversão do “gentio”, bem como, a posse do território para evitar a presença dos franceses (CARTA RÉGIA, 1686). Ademais o rei pediu a presença da Companhia de Jesus e a divisão do Cabo Norte entre ela e os Capuchos de Santo Antônio que já estavam em missão. Na missiva ele escreve sobre a função dos jesuítas, “[...] e com o cuidado destes Missionários podereis conseguir que os Missionarios francezes não adquiram a pratica dos Aruazes, e que os Índios não busquem a comunicação alheia, esquecidos da propria e natural do meu domínio” (CARTA RÉGIA, 1686).

A perspectiva de D. Pedro II foi a “conservação do Gentio e bem do Estado” (CARTA RÉGIA, 1686), ou seja, não apenas conquistar o território, mas as pessoas que nele viviam. Sem os povos indígenas, era impensável garantir a posse, principalmente em uma região de fronteira no século XVII em que o trânsito de ameríndios e franceses era livre e há tempos estabeleciam relações comerciais. A partir do pedido real, Gomes Freire dividiu o campo de atuação entre os frades de Santo Antônio e os inacianos da seguinte forma: os franciscanos missionavam entre o que corresponderia atualmente às atuais cercanias da cidade de Macapá e rio Amazonas. Já os jesuítas missionavam na costa do Cabo Norte (REIS, 1949). A carta régia destaca o desejo de impedir que missionários franceses “praticassem” os Aruã que foram historicamente considerados inimigos dos portugueses. Pode-se inferir que os religiosos franceses entravam nas “terras do Cabo Norte” para catequizar os ameríndios. A presença “estrangeira” era uma ameaça real aos portugueses que, a partir de então, decidiram agir com mais veemência por meio da construção de fortes e com o apoio de religiosos. O rei acrescenta que a ida às “terras do Cabo Norte” ocorria para que os “Índios não busquem a comunicação alheia” (CARTA RÉGIA, 1686), ou seja, o projeto era de que eles se tornassem as “muralhas dos sertões” (FARAGE, 1991). Dessa forma, através de alianças e cooptação dos ameríndios que habitavam os “sertões do Cabo do Norte” seria possível torná-los súditos de Portugal e pertencentes ao rebanho da Igreja.



O governador Gomes Freire escreveu uma carta ao rei em 19 de julho de 1687, dando conta de que tinha enviado o engenheiro, o capitão-mor (Antônio de Albuquerque) e o jesuíta Aloísio Conrado Pfeil ao Cabo Norte em 2 de junho para analisar um sítio para construção de fortificações. O lugar escolhido foi o rio Araguari “na boca de seus lagos por onde os franceses costumavam entrar em direção ao Amazonas para “comerciar com o gentio.” (LEITE, 2004, t. III, p. 534). Estrategicamente a casa forte foi construída no rio Araguari, pois era por esse rio que os franceses chegavam no Amazonas. Neste aspecto também os indígenas foram fundamentais, pois eram com eles que os europeus buscavam saber da realidade, isto é, sobre fenômenos, rios, ventos, presenças de fortes, melhor lugar para construções e povoações. O capitão-mor do Pará, Antônio de Albuquerque, escreveu uma carta em 19 de julho de 1687 ao rei de Portugal D. Pedro II:

Continuando neste meio tempo a penetrar o rio e lagos de Maicari, aonde vivem muitas nações de gentios, cujos principais fiz convocar à aldeia sita no meio de um grande lago chamado Camonixari [...] E vendo que a falta das águas me dificultava a passagem das minhas canoas, e impedia o continuar da dita viagem, penetrando aquele sertão até a costa e paragem aonde houve a dita fortaleza de Maiacari me resolvi a voltar; deixando na dita aldeia de Camonixari o missionário que levava em minha companhia, por ser ali mais preciso, e o dito gentio mo pedir (AHU, 1687, doc. 267).

Segundo esta carta o capitão-mor foi para os “sertões do cabo do Norte” com o jesuíta Pfeil e iniciou relações com “nações de gentios” cujo povo era dos “Maruanizes” e visitou os fortes que os portugueses haviam tomado dos ingleses e holandeses. Ele confirma a dificuldade de navegação pelo rio Araguari e a aproximação do Cabo Norte (um acidente geográfico na costa que servia como referência aos navegadores). Na missiva ele relata a presença de franceses que estavam “comerciando escravos no rio das Amazonas na ilha dos Haroans nas quais [sic.] tem os religiosos capuchos sua missão” (AHU, 1687, doc. 267) e em outra carta ao rei datada de 12 de julho de 1687 o Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho afirma que compraram escravizados no “sertão dos Tocujus, pouco distante da fortaleza de Gurupá” (AHU, 1687, doc. 267).

Na região de lagos em Maiacari, onde havia uma “multidão” de indígenas, ele estabeleceu contato com as lideranças, os “principais”, para viverem em uma missão. A aproximação com os “principais” foi fundamental na Amazônia, sobretudo no momento de implantação do controle político como era o caso das “terras do Cabo Norte”. Precisava-se



seduzir e cooptar a liderança para torná-la aliada. Aos poucos, as populações indígenas foram se inteirando das disputas entre os europeus e procuravam tirar alguma vantagem para criar possibilidades de autonomia (CARVALHO JÚNIOR, 2017). Cabia ao líder escolher o local da aldeia, supervisionar as atividades das quais ele participava de forma igual a seus pares. Os jesuítas admiravam nos principais a oratória, habilidade essa muito valorizada pelos diversos povos indígenas. Além disso, eles eram responsáveis por guardar as tradições. Esses líderes exerciam poder político e social por meio da persuasão e nem tanto pela coerção (DOMINGUES, 2000). Por isso os padres visavam cooptá-los com presentes, pois aumentava a possibilidade deles convencerem os demais moradores de suas aldeias a morarem nas missões.

Na referida carta de 19 de julho de 1687 o capitão-mor assevera que o local escolhido foi: “no meio de um grande lago chamado Camonixari” (AHU, 1687, doc. 267). Nele ficaram os missionários jesuítas Antônio Pereira e Bernardo Gomes. O primeiro foi escolhido para ser superior da missão e o segundo era um jovem padre. A partir da leitura desse documento, é possível perceber que a escolha de onde ficaria a missão não foi aleatória. As escolhas contavam com a participação dos ameríndios, pois, muitas vezes, era uma condição para se aldearem. Eram eles que conheciam o melhor lugar para se viver. Sabiam onde havia abundância de caça e pesca. Por essa razão, o capitão-mor afirma que o lugar foi escolhido por ser “mais preciso” e “o dito gentio mo pedir” (AHU, 1687, doc. 267). Entretanto, a vontade dos indígenas que aparecem na documentação se dava em condições desfavoráveis. A vida na missão era a escolha menos prejudicial, visto que a escravidão e a exploração eram constantes para aqueles que não se aliavam aos portugueses. Ademais, a vida nos aldeamentos era garantia de terras, apesar do tamanho reduzido e os líderes poderiam receber títulos, salários e cargos (ALMEIDA, 2010).

Como relatado anteriormente, o lago/ aldeia de Camonixari foi escolhida para a missão. Sobre ela, João Bettendorff (1990, p. 425) assevera: “É camunixary uma ilha deserta, povoada de poucas arvores e de pouco préstimo para a vida humana.” Lá ficaram os missionários Antônio Pereira e Bernardo Gomes. O capitão-mor e Aloísio Pfeil retornaram ao Pará sem deixar soldados, pois os inacianos preferiram que os militares não ficassem para não atrapalhar a catequese. No retorno à Belém eles passaram “pela Aldeia de Tabarapixi, de índios *Maraúnus*, lugar ameno onde Pfeil já tinha estado e escolhera para futura residência sua, e onde logo, com ajuda dos soldados, edificou a casa que deixou pronta [...]” (LEITE, 2004, t. III, p. 534, itálico no original).

Apresenta-se a imagem como possíveis locais das duas missões jesuíticas:

Imagem 1 – Localizações das missões jesuíticas nas terras do Cabo Norte



Fonte: Barão do Rio Branco (2012, p. 289, adaptado pelo autor).

Na imagem acima, a linha vermelha que passa pelo rio Araguari era o território reivindicado pelos franceses e por onde desde o século XVII eles costumavam entrar para comercializar com os indígenas e chegar ao Amazonas. A linha amarela, ou seja, com o limite no rio Oiapoque era o que defendiam os portugueses e depois os brasileiros. Observe a proximidade com a *Guyane* e a geografia composta por muitos rios e lagos o que exigia conhecimentos práticos que os guias indígenas ofereciam. Portanto, as missões nesta região fronteiriça não teve apenas o interesse religioso, mas também serviu como instrumento para evitar os contatos dos indígenas com os franceses, assim como, a garantia da posse na região. Porém, este intento sucumbiu ante a resistência dos indígenas que acabaram matando dos padres da Companhia de Jesus.

A Catequese e o Conflito

Nesta pesquisa caracterizou-se a região do Cabo Norte como uma complexa zona de contato nos termos propostos Mary Louise Pratt. A autora compreende a fronteira como um espaço em construção pela ação dos sujeitos que está em constante movimento, conforme os



conflitos estabelecidos entre os agentes históricos que vivem e que se relacionam naquela situação específica. Pratt elaborou o conceito de zona de contato que são espaços sociais onde culturas diferentes se encontram, chocam e aprendem a lidar com o Outro, quase sempre em relações assimétricas de dominação e subordinação. Nela é possível perceber com maior intensidade as complexidades dos processos de colonização, pois “se os povos subjugados não podem controlar facilmente aquilo que emana da cultura dominante, eles efetivamente determinam, em graus variáveis, o que absorvem em sua própria cultura e no que o utilizam” (PRATT, 1999, p. 30-31). Na fronteira Amazônica os contatos, as redes de interação, as negociações e tensões se fizeram presente. Foi uma região viva de intensos contatos comerciais, traficantes iam e vinham de um lado para outro, bem como, os indígenas que foram viver em aldeamentos dos missionários franceses, negros escravizados seja do lado “português” ou “francês” mantinham relações, fugiam e trocavam informações.

A catequese na região iniciou quando os padres Antônio Pereira e Bernardo Gomes foram à Camonixari e ficaram na casa do principal Macuraguaia que consentiu a presença dos jesuítas e a partir daí iniciaram a atividade apostólica entre os povos da redondeza (BETTENDORFF, 1990). Serafim Leite (2004, t. III) destaca a pregação contra a “bebedice” e “poligamia”. Os padres tentavam de todas as formas convencer os ameríndios em abandonar as suas práticas culturais. Catequese e a ideia de “civilizar” estavam fortemente vinculadas, porque para os filhos de Loyola somente abandonando as práticas tidas pelos europeus como “bárbaras” e “selvagens” é que seria possível ao indígena tornar-se um homem novo (KERN, 2015). Para sustentar a atividade missionária, os jesuítas iniciaram a construção da igreja, espaço privilegiado para a catequese. Mas algo mudou os rumos dos planos da Companhia para as “terras do Cabo Norte” no século XVII.

Em novembro de 1687, o capitão-mor, soldados e padre Conrado Pfeil retornaram à região para que o referido missionário ficasse na aldeia de Tabarapixi, onde exerceria sua atividade. Foi lá que foram informados por indígenas das mortes dos dois padres, que tinham ocorrido em setembro, por grupos indígenas que viviam nas proximidades de Camonixary. O capitão-mor imediatamente mandou averiguar a informação. Antônio Albuquerque enviou uma guarnição para capturar os ameríndios envolvidos. Eles foram encontrados em Maimaimé ou Maiacuré quando tentavam fugir para *Guyane*. Chama atenção esse aspecto, uma vez que isso indica que eles souberam fazer a leitura de que havia disputas entre as nações e sabiam que ao



passar para o território francês, os portugueses não poderiam capturá-los. Exemplo desse fato é que povos Aruã e Maraones foram viver em aldeamentos jesuíticos na *Guyane*, notadamente na missão de Kourou no início do século XVIII (VERWIMP, 2011). Como os portugueses faziam uma política de terror na conquista e no estabelecimento de fortes, foi comum durante a primeira metade do século XVIII grupos ameríndios viverem em missões de jesuítas franceses na região do Oiapoque como forma proteção às “correrias” portuguesas (SILVA; NASCIMENTO, 2017).

Uns conseguiram fugir, outros morreram e alguns foram capturados. Após investigações, a justiça condenou à morte dois envolvidos e outros receberam a pena de degredo para o Maranhão. O rei, em carta de 31 de maio de 1688, agradeceu ao capitão-mor pela punição aos Maraunus (LEITE, 2004, t. III). Contudo, Serafim Leite (2004, t. III, p. 535) assevera que: “Dois anos depois, deu-se anistia geral aos índios que ainda andavam fugidos por esse e outros crimes.” Provavelmente para evitar que os ameríndios realizassem contatos com os franceses, visto que os europeus estavam em litígio pelo território. Nesse sentido, as populações indígenas seriam fundamentais para consolidação do domínio. Por outro lado é possível deduzir que os ameríndios souberam negociar esse perdão. Ambos possuíam interesses.

De fato, a morte dos padres Antônio Pereira e Bernardo Gomes ficou marcada na memória interna da Companhia de Jesus. Os inacianos utilizaram da retórica do martírio para exaltar o “sacrifício” e “entrega” pela fé dos missionários. Na narrativa tanto do Serafim Leite quanto e principalmente do padre João Bettendorff há exaltação das ações desses sacerdotes. Na narrativa de João Bettendorff, os jesuítas são representados como “ovelhinhas inocentes” e os indígenas como “lobos assanhados” (BETTENDORFF, 1990). Os ameríndios, que eram objeto da catequese dos filhos de Loyola, tentaram convencer o principal Macuragua dos Maruanizes que deixasse de apoiar os religiosos e os expulsassem. Como não conseguiram, os Oivanecas invadiram a aldeia para matarem os padres. O principal e a sua comunidade fugiram para não serem mortos. Indígenas se aproximaram do Padre Antônio Pereira que estava na rede lendo um livro e pediram para ele esperar seus parentes que chegariam do mato com alguns presentes. Logo em seguida:

arremetteram logo com os padres, quaes uns lobos assanhados e famintos com umas ovelhinhas innocentes. Quis o padre Antonio Pereira ter-lhes mão e abrandar essa sua fúria por uma pratica que lhes fez, mas elles, fechando as orelhas assim do corpo como da alma a tudo o que lhes convinha, saltaram



sobre elles. O primeiro e principal aggressor e matador dos padres foi o principal *Canariá*, da nação *Aguaraca* e da aldêa de Coanurú, conforme contou sua própria mulher Aracú, e também dahi vieram os mais (BETTENDORFF, 1990, p. 429, grifo nosso).

Após serem capturados a mando do capitão-mor, o principal *Canariá* contou ao padre Aloisio Pfeil que ele juntamente com cinco companheiros mataram o sacerdote com uma paulada em sua cabeça, contudo, já prestes do religioso morrer, seu irmão Amapixaba deu-lhe o último golpe. Conforme testemunho da esposa do *Canariá* os outros companheiros eram “Caparipe, Guaruximená, Inaiquerepé e outros mais” (BETTENDORFF, 1990, p. 429). As versões sobre o autor ou autores da morte do padre Bernardo Gomes são várias. João Bettendorff munido das diversas possibilidades as expõe da seguinte forma:

Disseram os brancos que o matador dele fora Camayuá, pagé, que quer dizer feiticeiro; porém as testemunhas e principaleza Aracú afirmaram instantemente que o matador do padre Bernardo Gomes fora o Guaruximená, e que todos os mais que tinham morto o Padre Antonio Pereira foram quebrar-lhe a cabeça com seus páos ou ybirassangas mais (BETTENDORFF, 1990, p. 429).

Acrescenta o referido autor que também mataram o intérprete Lopo, o piloto Felipe e mais dois rapazes chamados de Antônio e Luiz. Estes, juntamente com o piloto, eram de uma fazenda pertencente a colégio de Santo Alexandre localizado em Belém. Isso quer dizer que eram indígenas aldeados e estavam com os missionários (BETTENDORFF, 1990).

O relato das mortes tem o intuito de provocar no leitor o sentimento de piedade para com os padres e ao mesmo tempo edificar os membros da Companhia de Jesus que lessem a crônica do padre João Bettendorff (TORRES-LONDOÑO, 2000). Dessa forma, as mortes foram retratadas de modo exemplar e espiritual, ou seja, valorizou-se o sacrifício e doação pela fé em Jesus. Os indígenas são considerados os “bárbaros” que não aceitaram a luz da fé. Por isso, logo após as mortes, os indígenas “partiram-nos em pedaços, assando e comendo-os” (BETTENDORFF, 1990, p. 431). Além disso, guardaram os crânios para servir de recipiente, e as canelas para “fazerem suas gaitas e pontas de frechas” (BETTENDORFF, 1990, p. 431). Ele continua o relato afirmando que não satisfeitos incendiaram a casa dos padres e do principal Macuraguaia da etnia Maraunizes que os havia acolhido. Fato notório é que em sua crônica ele descreve três grupos indígenas como possíveis matadores dos missionários: “*Oivanecas* de nação, poz Goamimani, da nação *Aricoré*, fogo á casa, e o índio Moximaré, da aldeia de



Mucará, da gente *Maraunizes*, com tres outros companheiros surrupiou uma canella do Padre Bernardo Gomes, para dela fazer uma gaita” (BETTENDORFF, 1990, p. 431, grifo nosso).

O reitor do colégio de Santo Alexandre em Belém enviou carta datada de 10 e 15 de janeiro de 1688 ao superior geral da ordem em Roma informando as mortes dos jesuítas no Cabo Norte e destacando que eles foram enviados para o “gentio daquela banda sem luz da Fé e sendo vassalos de El Rei de Portugal, se bandeavam com os Franceses de Caiena” (LEITE, 2004, t. III, p. 535).

Como explicitado anteriormente, os ameríndios foram encontrados em Maimaimé ou Maiacuré. Uns conseguiram fugir, outros morreram e 39 foram capturados. Interessante que ao ir ao encalço dos indígenas estes últimos tentaram manipular os soldados e ameríndios aliados: “andaram por espaço de oito dias enganados pelos guias Maraunizes por brenhas caminhos errados, até que dois meninos naturais daquela terra lhes mostraram o caminho verdadeiro que levava a Maimaime, onde estavam os outros escondidos” (BETTENDORFF, 1990, p. 432). Aqui se percebe uma das táticas deles: tentar enganar a tropa que buscava encontrar os envolvidos. Fica evidente que as relações nos “sertões” do Cabo Norte eram complexas. Esses indígenas ao compreenderem os interesses dos colonizadores souberam aproveitar as oportunidades para sobreviverem diante de uma ordem social que os oprimia e que, em algumas situações, suas táticas conseguiam inverter (CERTEAU, 1998). Ao que tudo indica, estes guias Maraunizes teriam ido ao encontro do capitão-mor e diziam serem fugitivos daqueles que haviam assassinado os padres, mas pode ser que eles tenham participado, pois o padre João Bettendorff cita a participação de alguns Maraunizes nas mortes (BETTENDORFF, 1990).

Rafael Chambouleyron, Monique Bonifácio e Vanice de Melo (2010) tratam a caçada aos indígenas como uma guerra, as chamadas “guerras brasílicas” que, diferentemente das europeias, utilizavam-se de ameríndios e suas técnicas, pois conheciam melhor a região. O pajé Camayuá foi morto pelo capitão Paschoal, que era aldeado de Parijó na capitania de Cametá, bem como matou o principal Simão Ingayba, que era da aldeia de Cassipurú (BETTENDORFF, 1990). Inclusive os referidos autores citam uma carta do governador Artur de Sá e Meneses sobre a possibilidade da concessão de um “prêmio” a esse indígena pela defesa dos interesses portugueses. Foi feita a consulta pelo Conselho Ultramarino ao rei Dom Pedro II, em 28 de setembro de 1688, sobre a mercê que se devia dar ao indígena que matou o principal acusado de ser o promotor das mortes. Segundo este documento, ele matara o principal que



“aleivosamente tirou as vidas dos ditos padres da Companhia missionários no Estado do Maranhão e índios das aldeias de repartição” (AHU, 1688, doc. 802). Na mesma documentação o governador argumentou que era o costume no Estado do Maranhão conceder mercês aos indígenas que realizam “ações de valor” e conceder “postos de capitães e sargentos mores nas suas aldeias” (AHU, 1688, doc. 802). Rafael Chambouleyron, Monique Bonifácio e Vanice de Melo (2010) afirmam que seguindo o parecer do Conselho Ultramarino, o rei autorizou o governador a conceder esses postos aos indígenas.

É possível que o próprio indígena tenha pedido a mercê ao governador do Estado, visto que essa prática foi bastante comum no mundo colonial. Maria Celestino de Almeida (2013) argumenta que no Rio de Janeiro muitos ameríndios pediam ao rei títulos militares, pois sabiam dos privilégios de possuí-los. A Coroa concedia esses benefícios como forma de estabelecer relações amigáveis com as lideranças indígenas com o objetivo de reforçar o controle do território. Nas “terras do Cabo Norte” essa prática era necessária para “ganhar” os ameríndios, pois era uma região de pouco povoamento e fronteira. Mas também se percebe o que Pratt (1999) chamou de transculturação, ou seja, como a cultura europeia é recebida e apropriada por outros grupos. Neste caso, o indígena ressignificou à sua maneira para materializar interesses diferentes dos europeus ao requerer a mercê. Como punição às mortes, outro chefe indígena foi executado a tiro de canhão pelo cabo Matheus dos Santos, comandante do forte Araguari. Antes de ser morto, foi batizado pelo jesuíta Conrado Pfeil com o nome de Francisco Canariá. Seu irmão que foi batizado com o nome de Paulo Amapixaba recebeu a mesma punição em fevereiro de 1689. O ouvidor-mor Miguel da Rosa Pimentel descreve como se deu a execução dos culpados pelas mortes. Segundo ele a sentença não foi somente o degredo, mas os líderes indígenas foram punidos com suas cabeças expostas na aldeia de Camonixary para servir de exemplo aos outros (AHU, 1688, doc. 271).

Padre Pfeil fez algumas perguntas ao principal Canariá sobre a causa das mortes. Bettendorff com a sua visão de missionário afirma que, por meio de uma intérprete chamada Nathalia (filha de um dos principais dos Maraunizes), ele teria dito que matou o padre Antônio Pereira por conta da tentação do “diabo”, e porque o religioso pregava contra seus costumes. Depois foi morto “à boca de uma peça de artilharia...” (BETTENDORFF, 1990, p. 434). A referida intérprete mediou a conversa do missionário Pfeil com Amapixaba sobre os motivos da morte dos padres. Bettendorff repete a mesma retórica, ou seja, “porque elles e todos os



oivanecas de sua nação não queriam ser cristãos nem ouvir a lei de Christo [...]” (BETTENDORFF, 1990, p. 434 - 435). Depois o padre Conrado Pfeil retornou para buscar os ossos dos missionários e com a ajuda de um indígena os encontrou. Em homenagem, realizou uma missa e levantou duas cruzes onde estavam enterrados. Os esqueletos foram levados para Igreja de Santo Alexandre em Belém. Segundo Karl Arenz (2013) e Barão do Rio Branco (2012), as mortes ocorreram em setembro de 1687 e os matadores foram do povo Maracúrios. Ao consultar documentos sobre essas mortes, o jesuíta Serafim Leite (2004, t. III) assevera que na carta régia de 31 de maio de 1688 o rei de Portugal mandou agradecer ao Capitão-mor, Antônio de Albuquerque pela ação rápida de prender e castigar os envolvidos. Nesta carta ocorre algo interessante, pois o nome da etnia causadora das mortes é designada de Maraunus. Além disso, na consulta ao Conselho Ultramarino em 17 de maio de 1688 ao rei D. Pedro II, os conselheiros dão razão ao agradecimento do rei pela ação rápida e principalmente pelo impedimento de que os ameríndios passassem para Caiena (AHU, 1688, doc. 798).

A missão jesuítica no Cabo Norte fracassou e foi abandonada pelo padre Aloísio Pfeil. É o que revela a carta ânua de 1696 escrita por Miguel Antunes após relatar a morte dos missionários: “Foi em seu lugar o P. Aloísio Conrado, religioso de grande zelo das almas; mas como destes Índios se não esperava fruto algum, e ser de grande detrimento ao Missionários, os largou totalmente e se ocupou em outras missões aonde fez maior fruto” (LEITE, 2004, t. III, p. 537). No ano de 1693 houve uma divisão dos territórios entre as ordens religiosas e o Cabo Norte ficou sob a responsabilidade dos capuchos de Santo Antônio.

Causas da Rebelião Indígena

Sabe-se que as populações indígenas criaram várias formas de resistência à dominação portuguesa. No caso em tela dois padres jesuítas foram mortos pelos ameríndios nas “terras do Cabo Norte” em setembro de 1687. O que teria motivado essa ação? Os franceses estariam por trás? O desejo de não ser cristão? Ou o medo de não ser escravizado? São várias as possíveis respostas para tentar explicar os fatos.

Em carta de 13 de outubro de 1691 em resposta ao governador de Caiena, Marquês de Ferrolles, o capitão-mor do Pará Antônio de Albuquerque acusou os franceses de terem incitado os indígenas a matar os padres:



Eis o motivo: os quatro franceses que se introduziram nas missões dos padres Capuchinhos na aldeia dos Aruãs cometeram vários atos de violência contra os índios dessa aldeia, que se queixaram; tomaram alguns pela força, para submetê-los à escravidão; incitaram outros a guerras injustas para conseguir alguns prisioneiros [...] foram em seguida os promotores do assassinato de dois missionários da Companhia de Jesus por uma tribo de índios que estes padres catequizavam; esses mesmos franceses tendo anteriormente maltratado e insultado grosseiramente esses dois missionários, incitaram os índios a cometer esse crime (RIO BRANCO, 2012, 145).

Porém, em uma carta anterior escrita ao rei em 22 de novembro de 1687, o mesmo capitão-mor afirmou que ouviu dos indígenas:

um índio que ficou com o dito padre de Tavatatuba por nome Lopo, que ficou pra intérprete da língua Aruã que o padre tinha, se embebedou e disse aos negros da aldeia que estavam com o padre que se não fizessem do dito padre porque os vinha enganar e só ajuntar para quando eu viesse os levar atados por cativos; também dizem que este negro não só na bebedice disse isto senão sempre porque como ficou com o padre contra a vontade e só queria ir para sua mulher (AHU, 1688, doc. 798).

Na missiva ao governador de Caiena, Antônio de Albuquerque acusou os franceses de serem os “promotores do assassinato” dos missionários da Companhia de Jesus. Sua intenção era convencer o Marquês de Ferroles a impedir que franceses viessem ao território reivindicado por Portugal. Já na carta a D. Pedro, ele mudou o conteúdo e culpou o indígena Lopo, que era intérprete dos padres na missão. Segundo o capitão-mor, os ameríndios ficaram com receio de serem escravizados e por isso mataram os religiosos. O que se sabe do intérprete Lopo é que ele dominava a língua portuguesa e isso poderia ter sido a causa da aceitação dos ameríndios. Pode-se pensar tal como Michel de Certeau (1998) no sentido de ser uma tática dele para subverter a ordem imposta. Dentro do jogo das forças foi a situação possível de agir. Lopo aproveitou para inverter a lógica cotidiana mesmo que momentaneamente. Ao longo do texto foi demonstrada a presença francesa na região e os contatos comerciais com os nativos, contudo não se pode afirmar com toda a certeza da influência dos franceses sobre eles.

O governador Artur de Sá de Meneses, em carta datada em 9 de fevereiro de 1688, afirmou que havia chegado uma carta do missionário capucho de Santo Antônio que vivia no Cabo Norte dando conta de que os indígenas “Marauanús” tinham matado os inacianos, mas que não tinha certeza. O governador afirmou que foi persuadido e que os incitadores foram os franceses, pois “aquele sertão anda infeccionado” deles. Eles não “toleravam que naquele sítio se façam fortalezas porque lhes impossibilitavam o comércio” (AHU, 1688, doc. 271). Segundo



o mesmo documento, o padre Antônio Pereira estava presidindo a missa quando foi morto com seu companheiro. Os indígenas que participaram da rebelião tentaram fugir para Caiena, mas foram capturados.

O padre Bettendorff (1990, p. 430) apontou como causa o ódio dos indígenas à fé cristã: “foi o ódio à nossa santa fé e pregação evangélica, com que lhe tiravam seus excessos em beber, seus amancebamentos e ritos gentílicos.” Aqui ele construiu uma retórica para justificar a ação dos missionários e sua posição foi de que os ameríndios não aceitaram mudar seus comportamentos tão duramente criticados pelos padres. Ao longo de seu texto, João Bettendorff, tenta criar a ideia do martírio, ou seja, de que os missionários morreram por conta da fé cristã.

Na devassa realizada pelo ouvidor-mor Miguel da Rosa Pimentel, descrita em sua carta datada de 27 de fevereiro de 1688, recontam-se as mortes dos padres e de “quatro índios das aldeias de repartição”. Ademais, uns escaparam e 39 foram presos. “Perguntas judiciais” foram feitas aos indígenas prisioneiros:

uns disseram que por lhe roubarem o que tinham, outros porque lhe proibiram as mulheres e outros porque os franceses lhes praticaram que os padres eram uns embusteiros, o que estavam ali para os entreterem, enquanto não chegava o capitão-mor para que na sua chegada os haviam de amarrar e trazer todos para serem escravos (AHU, 1688, doc. 271).

Esse documento sintetiza as diversas possibilidades que levaram os grupos indígenas a resistir, mas chama atenção para o medo de ser escravizados pelos portugueses. Concorda - se com Rafael Chambouleyron, Monique Bonifácio e Vanice de Melo (2010) que, devido ser uma região visitada por franceses e portugueses, a possibilidade de que os indígenas usassem isso ao seu favor era considerável. Os referidos autores chamam atenção para uma questão bastante interessante, isto é, da hipótese de que as mortes foram causadas pelos próprios interesses dos nativos. Seria isso pouco provável? Estavam em seus territórios havia anos e de repente estrangeiros vêm lhes “propor” ou impor outro estilo de vida, bem como, a possibilidade de se tornarem escravos. Será que isso é impensável? O fato é que eles não aceitaram a condição de meras vítimas. Acostumados a estabelecer contatos comerciais com outros europeus perceberam que os portugueses buscavam se estabelecer de forma duradoura e que suas práticas eram violentas. Por outro lado, no campo espiritual não se deram por vencidos, ao recusarem abandonar as suas práticas.



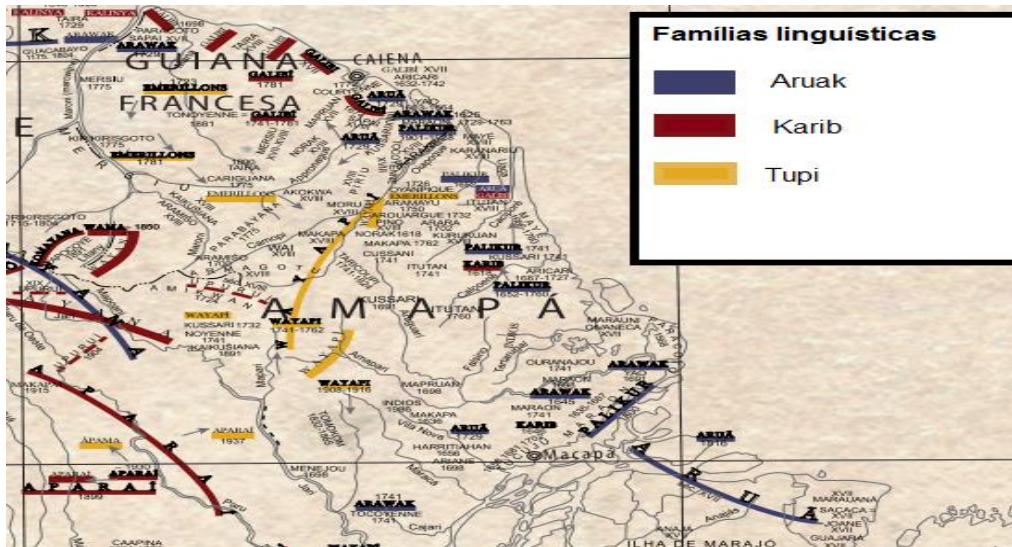
Considerações finais

Percebeu-se ao longo do texto a relação entre o Estado e a Companhia de Jesus nas “terras do Cabo Norte” na década de 1680. O quanto o braço religioso foi importante na conquista do território, bem como de suas gentes. Contudo valorizou-se as ações dos indígenas enquanto também protagonistas do processo histórico. De fato, não é possível a partir da documentação precisar a motivação que teria levado os ameríndios a matarem os missionários. Mas, este estudo inclinou-se para a valorização dos seus interesses próprios, mesmo quando os documentos produzidos pelos agentes coloniais imputavam a responsabilidade última aos franceses e seus ardis.

Outro aspecto inconclusivo são as etnias que estiveram envolvidas nas mortes. São vários os etnônimos atribuídos aos indígenas que participaram das mortes dos padres. Os testemunhos dão conta que eram os Oivaneca, Aguaraca, Aricoré, Maraunizes, Marauanús, Maracúrios. Eles foram agrupados em vários grupos étnicos em que a grafia varia nas fontes. Essa é uma questão difícil de resolver, pois um etnônimo pode referir-se a várias etnias ou vários etnônimos podem se referir a um único grupo étnico (FARAGE, 1991). Esses termos étnicos foram designados pelos portugueses e não significa que correspondia a realidade dos nativos. Também os indígenas apropriavam-se dessas designações para alcançar seus interesses, estabelecendo alianças com os portugueses e com os franceses, que constantemente entravam nessa região. Além, é claro, com os outros povos indígenas com os quais possivelmente se fundiram. Nas “terras do Cabo Norte” existiam diversas sociedades indígenas que povoavam a região, mantinham redes de contatos, alianças e conflitos. Alguns desses povos como forma de sobrevivência ora se aliavam aos franceses, ora aos portugueses. Ou como nas mortes dos jesuítas uniram-se para por fim à interferências em suas práticas culturais e interesses.

O mapa representado na imagem 2 informa a diversidade de povos nas “terras do cabo Norte” durante os séculos XVII e XVIII:

Imagem 2- Populações indígenas das “terras do cabo Norte” e da Guyane



Fonte: Curt Nimuendajú (2017).

Portanto, os ameríndios tentaram das formas possíveis criar táticas para sobreviverem no mundo colonial que lhes foi imposto. Souberam fazer a leitura da realidade diante das disputas entre os europeus. Estabeleceram relações com eles e entre si. Ao se considerar que os envolvidos na morte dos jesuítas faziam parte de povos distintos, infere-se que houve alianças entre as etnias para não deixarem de viver as suas práticas culturais e para não serem escravizadas. Os indígenas lutaram para não serem mortos, mas é inegável a violência da colonização que gerou a extinção ou a fusão desses povos. Atualmente o Amapá não abriga indígenas com as designações presentes nas fontes analisadas, mas é possível que determinados povos que vivem neste estado sejam frutos das fusões desses e de outros grupos. Já os jesuítas retornaram no século seguinte, inclusive no território em litígio depois da expulsão do império português, em 1759, por Pombal. Porém este é tema para pesquisas posteriores.

Fontes

BETTENDORFF, João Felipe. **Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão**. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/Secretaria de Estado da Cultura, 1990.



Carta de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho para Dom Pedro II, escrita em Belém, 19 de julho de 1687 encontra-se anexada a Carta do governador [e capitão-general do Estado do Maranhão, Grão-Pará e Rio Negro, Artur de Sá e Meneses, para o rei Dom Pedro II sobre a construção de fortalezas do Cabo do Norte. Belém, 19 de setembro de 1687. AHU. Pará, Cx.3, doc. 267.

Carta de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho para Dom Pedro II, escrita em Belém, 12 de julho de 1687 encontra-se anexada a Carta do governador [e capitão-general do Estado do Maranhão, Grão-Pará e Rio Negro, Artur de Sá e Meneses, para o rei Dom Pedro II sobre a construção de fortalezas do Cabo do Norte. Belém, 19 de setembro de 1687. AHU. Pará, Cx.3, doc. 267.

Carta de Artur de Sá de Meneses, escrita em Belém, a 9 de fevereiro de 1688, encontra-se anexada na “Consulta do Conselho Ultramarino a Dom Pedro II, sobre as informações prestadas pelo ouvidor-geral do Estado do Maranhão, Miguel da Rosa Pimentel, referentes às execuções dos índios acusados da morte de padres da Companhia de Jesus”. Belém, 31 de maio de 1688. AHU. Pará, Cx.3, doc. 271.

Carta de Gomes Freire de Andrade, escrita a 22 de setembro de 1688, anexada a “consulta do Conselho Ultramarino ao rei dom Pedro II, sobre a mercê que se deve dar ao índio que matou o principal dos índios. Sobre o pedido de Artur de Sá e Meneses povoar a zona em redor da fortaleza de Cumuaú”. Lisboa, 28 de setembro de 1688. AHU. Maranhão, Cx. 7, doc. 802.

Carta do Governador Francisco de Sá e Meneses, para o rei sobre as medidas a tomar para se aprisionar os franceses que praticam o resgate de escravos, incluindo gentios, no norte da capitania contra a vontade da coroa portuguesa. Belém, 22 de janeiro de 1685. AHU. Pará, Cx. 3, doc. 245.

Carta do ouvidor-mor Miguel da Rosa Pimentel, escrita em Belém, a 27 de fevereiro de 1688, encontra-se anexada na “consulta do Conselho Ultramarino a Dom Pedro II, sobre as informações prestadas pelo ouvidor-geral do Estado do Maranhão, Miguel da Rosa Pimentel, referentes às execuções dos índios acusados da morte de padres da Companhia de Jesus”. Belém, 31 de maio de 1688. AHU. Pará, Cx.3, doc. 271.

Carta régia de 21 de dezembro de 1686. Instruções ao governador do maranhão sobre relações com os franceses, construção de fortalezas, missões, resgate dos índios. Disponível em: <http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=103&id_obra=63&pagina=262>. Acesso em: 10 nov. 2017.

Consulta do conselho ultramarino ao rei D. Pedro II. Lisboa, 17 de maio de 1688. AHU. Maranhão, Cx. 7, doc. 798.

Cópia da primeira carta de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, escrita em Araguari a 22 de novembro de 1687, encontra-se anexada em “consulta do conselho ultramarino ao rei d. Pedro II”. Lisboa, 17 de maio de 1688. AHU, Maranhão, Cx.7, doc. 798.

Referências



ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. História e antropologia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 151-168.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Documentos e instrumentos de pesquisa de História indígena e do indigenismo d'aquém e d'além-mar Atlântico: uma discussão “necessária, urgente e inadiável. In: Simpósio Nacional de História da ANPUH, 26, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-15. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308185399_ARQUIVO_TextoJucieneRicarteApolinarioUFCEG2anexo.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2017. p. 2.

ARENZ, Karl Heinz. “Não Saulos, Mas Paulos”: uma carta do padre João Felipe Bettendorff da missão do Maranhão (1671). **Revista de História**, São Paulo, n. 168, p. 271-322, jan/jun. 2013.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana francesa e Pará (1750-1817)**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. **Índios cristãos: poder, magia e religião na Amazônia colonial**. Curitiba: CRV, 2017.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. O fecho do império: história das fortificações do Cabo Norte ao Amapá de hoje. In: GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)**. Belém: UFPA, 1999. p. 129-193.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3. ed. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CHAMBOULEYRON, Rafael; BONIFÁCIO, Monique da Silva; MELO, Vanice Siqueira de. Pelos sertões “estão todas as utilidades”: trocas e conflitos no sertão amazônico (século XVII). **Revista de História**, São Paulo, n. 162, p. 13-49, jun. 2010. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19150>>. Acesso em: 30 oct. 2017.

DOMINGUES, Ângela. **Quando os índios eram vassallos: colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII**. Lisboa. Comissão nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 2000.

FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.



GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. *In*: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Tradução Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 143- 179.

KERN, Arno Alvarez. **Missões: uma utopia política**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomos II, III e IV, São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LE ROUX, Yannick; AUGER, Réginald; CAZELLES, Nathalie. **Les jésuites et l’esclavage Loyola: l’habitation des jésuites de Rémire em Guyane française**. Quebec: Presses de l’Université du Québec, 2009.

MONTERO, Paula. Introdução. *In*: MONTERO, Paula (Org.). **Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural**. São Paulo: Globo, 2006. p. 13.

NEUMANN, Eduardo. Fronteira e identidade: confrontos luso-guarani na Banda Oriental 1680-1757. **Revista Complutense de História da América**, Madri, v, 26, p. 73-92, 2000 Disponível em: <<https://revistas.ucm.es/index.php/RCHA/article/view/RCHA0000110073A/28733>> Acesso em: 18 dez. 2016. p. 74.

NIMUENDAJÚ, Curt. **Mapa etno-histórico e regiões adjacentes**. Brasília: IPHAN, IBGE, 2017.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturações**. Bauru-SP: EDUSC, 1999.

REIS. Arthur Cezar F. **Território do Amapá: perfil histórico**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.

REIS. Arthur Cezar F. **Limites e demarcações na Amazônia brasileira: a frente colonial com a Guiana Francesa**. 2. ed. v.1. Belém: SECULT, 1993.

RIO BRANCO, Barão do. **Obras do barão do Rio Branco III: questões de limites Guiana Francesa primeira memória**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

SILVA, Giovani José da; NASCIMENTO, Bruno Rafael Machado. Américas indígenas “periféricas”: nativos e jesuítas em Oiapoque e Chiquitania. **Revista Habitus**, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 137-158, jan./jun. 2017. Disponível em: <<http://revistas.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/5934/3248>>. Acesso em: 31 out. 2017.

TORRES-LONDOÑO, Fernando. La experiencia religiosa jesuita y la crónica misionera de Pará y Maranhão en el siglo XVII. *In*: NEGRO, Sandro; MARZAL, Manuel (coord.). **Un reino en la frontera: las misiones jesuitas en la América colonial**. Quito, Ecuador: ABYA-YALA, 2000.



VERWIMP, Régis. **Les jésuites en Guyane Française sous l’Ancien Régime (1498-1768)**.
Matoury: Ibis Rouge Éditions, 2011.